

**Património cultural e turismo:
reflexões a propósito de paz, respeito, tolerância e inclusão**

Cândida Cadavez

Doutora em Estudos de Literatura e de Cultura - Especialidade: Ciências da Cultura - pela
Universidade de Lisboa, Portugal.

Professora da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Portugal.

E-mail: candida.cadavez@eshte.pt

Resumo

Partindo da assunção de que a prática turística e os espaços museológicos devem ser entendidos como veículos de acesso privilegiado a diversas tipologias de representações patrimoniais, o presente artigo pretende ser uma reflexão sobre a forma como, nestes dois contextos, poderão ser encontrados e vivenciados cenários que contribuam para, entre outros, promover boas práticas de convivialidade entre grupos distintos e o respeito pelos direitos humanos. Poderá a fruição patrimonial, que acontece no âmbito do turismo e das atividades proporcionadas por museus, ser um elemento coadjuvante na implementação de um novo humanismo que recentre o ser humano como foco principal de todas as ações agenciadas quotidianamente a nível global? Mais, será que em situações adversas, como no caso de ambientes de pandemia ou beligerantes, a consciência e a fruição patrimoniais adquirem novos simbolismos? Para poder refletir sobre estas questões é importante entender a polissemia inerente à expressão “património cultural” e desconstruí-la em função de particularidades específicas coevas. O Código Mundial de Ética do Turismo e as intenções que subjazem à escolha do tema do Dia Internacional dos Museus 2022, bem como da conferência geral do ICOM, agendada para Praga em agosto do mesmo ano, “O Poder dos Museus”, são referências importantes para esta investigação, pois que, por um lado, alertam para cuidados e atributos relacionados com a fruição patrimonial em contexto turístico, e, por outro, demonstram uma preocupação institucional real sobre o modo como os museus poderão contribuir a favor dos desafios e carências do século XXI, nomeadamente no que respeita à construção de sociedades livres, democráticas e com conhecimentos, nas quais os valores humanistas essenciais à coesão e à paz coevos deverão ser desempenhar sempre o papel principal.

Palavras-chave: Turismo; Museus; Património cultural; Humanismo; Paz.

1 DE ONDE PARTIMOS¹

De que forma mudará o turismo depois da pandemia? Será seguramente um turismo mais humanista que terá, no seu cerne, a esperança e não o consumo. E os museus desempenharão um papel muito importante² (VANNI, 2021).

Quando, no ano de 2021, Maurizio Vanni proferiu a afirmação em epígrafe a humanidade começava a vislumbrar, se bem que num modo ainda muito ténue, o princípio do fim de um estado pandémico global que impactou do modo disruptivo que é do conhecimento geral a essência da convivialidade tal como conhecida até inícios de 2020, apesar das naturais dissemelhanças resultantes de diversidades culturais, geográficas ou políticas. Esta narrativa prospetiva de Vanni ecoa as dúvidas mais comuns relativas à retoma do turismo quando, finalmente, a pandemia for passado, e, ao mesmo tempo, ressoa uma esperança e uma atitude resiliente que adivinham um novo foco para a prática turística, na qual os museus desempenharão um papel protagonista e humanista que, afinal, é o mesmo que assumiram logo no início dos tempos mais duros da crise sanitária, como se recordará mais adiante.

Numa ocasião em que o mundo caminhava de forma mais segura e confiante no sentido de recuperar liberdades e movimentos amputados em resultado do quadro pandémico, eis que, desta feita, mais um conflito bélico destrói um percurso de recuperação que começava a afigurar-se solidamente e a humanidade torna a sentir receios e incertezas, acompanhados, porém, de novas vagas de solidariedade global que demonstram que “muito mais é o que nos une que aquilo que nos separa”³.

É precisamente a propósito deste contexto instável e líquido, e tendo como referência sempre presente as palavras de Maurizio Vanni, que o corrente artigo pretende refletir acerca do papel que o património cultural, nomeadamente, aquele exibido e fruído em contextos turísticos e/ou em espaços museológicos, poderá desempenhar enquanto promotor de paz, respeito, entendimento e tolerância entre grupos mais ou menos culturalmente diferentes. É também foco da presente reflexão procurar entender de que forma toda a polissemia associada a “património cultural” é usada ou manipulada em contextos adversos, como sejam, por exemplo, uma crise pandémica ou um cenário de confronto bélico. Pretende-se, ainda, perceber até que ponto património cultural, turismo e museus, de forma independente ou em concertação, terão uma voz ativa no que respeita à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, indo ao encontro do tema adotado para comemorar o Dia Internacional dos Museus 2022 bem como da Conferência Geral do ICOM, agendada para a Praga em agosto do mesmo ano – o

¹ Grande parte da redação e de alguma pesquisa para esta reflexão aconteceram no rescaldo e no choque do movimento desencadeado pelo governo russo sobre o território e a população da Ucrânia. Neste sentido, alguns dos dados e informações aqui apresentados, nomeadamente em resultado das diversas comunicações emitidas pela UNESCO ou pelo ICOM, estão necessariamente datados e podem, por ocasião da publicação do capítulo, ser considerados desatualizados.

² Todas as traduções utilizadas no presente texto foram realizadas pela autora do capítulo.

³ Esta afirmação é um dos versos do refrão de “[Primeiro Beijo](#)”, uma canção de 2002 com letra de Carlos Tê e voz de Rui Veloso. As palavras citadas soltaram-se do poema original e são comumente usadas por falantes de língua portuguesa, muitos deles desconhecendo a fonte.

poder dos museus. A presente investigação deriva, igualmente, no sentido do designado Novo Humanismo para entender se património cultural, turismo e museus poderão ser instrumentos válidos para servir na implementação de práticas centradas no ser humano e que conduzam à sua dignificação e ao respeito.

Para atingir estes objetivos a pesquisa adotou uma metodologia fundamentalmente baseada numa alargada revisão da literatura, a partir da qual se procedeu a estratégias analíticas de cariz qualitativo e descritivo-exploratório, visando um confronto com as perguntas de investigação antes enunciadas que inaugurasse caminhos conducentes à validação das hipóteses inerentes às questões de partida.

2 PATRIMÓNIO CULTURAL: POR ONDE ANDAMOS, DE QUE PRECISAMOS

Mais do que nunca talvez, a “liquidez” conceptualizada por Bauman no início do milénio (vd. BAUMAN, 2000) surge, no atual contexto, como uma válida metáfora para indicar um ambiente de imprevisibilidade e instabilidade, agora acentuadas por via das condições extremas que a humanidade atravessa e não somente como resultado direto de circunstâncias pós-modernas. Num cenário com estas características será provavelmente o património cultural, seja qual for a sua representação, uma das vias mais intuitivas e velozes para permitir o acesso a memórias e identidades sólidas, i.e., a referências que, nas mais diversificadas circunstâncias, são vitais e indispensáveis nas rotinas sociais e de convivialidade.

Colocar em diálogo património cultural e memória convida à evocação de algumas vozes, cujos trabalhos acerca do último termo são particularmente úteis para a presente investigação. Contudo, antes de mais, recorde-se o entendimento sobre cultura que surge na Carta do Porto Santo, e que serve como referência a esta reflexão:

conjunto de sistemas simbólicos nos quais estamos inseridos e que nos *ajudam a dar um sentido à experiência (pessoal e coletiva) e uma forma humana ao mundo*, determinando o horizonte de possibilidades em que nos movemos. *As culturas materializam-se nas manifestações simbólicas, artísticas e patrimoniais das comunidades, envolvendo a tradição herdada e a criação contemporânea*. As culturas são um *processo criativo coletivo contínuo*, em que estão envolvidos todos os grupos de uma determinada sociedade. As culturas são uma *tarefa infinita*: que recebemos em herança e que continuamos a trabalhar (conservando e inovando) para transmitirmos às gerações seguintes (que continuarão esse processo) (CARTA DO PORTO SANTO, 2021, p. 5)⁴.

De facto, discorrer sobre cultura é considerar uma tessitura omnipresente simbólica que confere significados, mesmo em contextos que os contestam, e sentido de pertença e de comunhão, numa fabulosa e infinita roda-viva de criatividade e interações contínuas e permanentes, em que somos agentes e agenciados. Esta dinâmica terá eventualmente nas diversas tipologias de património a sua materialização mais reconhecível e indicadora de memórias e identidades.

⁴ Itálicos nossos.

Maurice Halbwachs discorre sobre (a criação) memórias coletivas enquanto repositório com o qual os membros de uma comunidade se relacionam, indo, nesse processo, encontrar um fio de união entre os vários elementos que a compõem (vd. HALBWACHS, 1992, p. 52), o que recorda o modo de agregação das comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2006). Defende, ainda, Halbwachs que

(...) existe uma memória coletiva e quadros sociais referenciais para a memória; é na medida em que nosso pensamento individual se coloca nesses marcos e participa dessa memória que ele é capaz do ato de rememorar (HALBWACHS, 1992, p. 38).

Ou seja, a memória coletiva e a estrutura social que a permite conferem aos indivíduos a capacidade e a sensibilidade necessárias para não só colecionar narrativas passadas, como também para lhes atribuir referências e significados identitários. Por outro lado, a propósito de memórias traumáticas, Aleida Assmann (2010) analisa as lutas travadas entre os processos de lembrança e de esquecimento num debate que pode facilmente ser extrapolado para outros contextos que não apenas os das memórias traumáticas. A autora reflete sobre o balanço, muitas vezes instável e sempre social e politicamente condicionado, entre aquilo que deve ser recordado e o que deve ser esquecido por uma determinada comunidade também na senda de uma narrativa de memória que reflita uma identidade coletiva (vd. ASSMANN, 2010, p. 20-21).

Guilherme d'Oliveira Martins (2017, 2020) coloca em diálogo os dois termos, memória e identidade, destacando o carácter mutante (vd. MARTINS, 2020, p. 33) que lhes assiste, presente numa interação que deve ser entendida como realidade viva, quando refere que [a] identidade exige a compreensão da memória, da vivência, da receção e da entrega, do receber e do dar. Uma identidade viva tem de ser disponível, aberta, rigorosa e apta a receber e a dar (MARTINS, 2020, p. 13).

A memória e a identidade são, nesta lógica, recursos que permitem compreender e atribuir sentido à comunidade a que se pertence e, em simultâneo, possibilitam uma categorização do Outro que nunca deverá ser sentenciosa, mas, sim, meramente nomenclatural. Na Carta Encíclica *Laudato Si'* o Santo Padre Francisco exalta o contributo do património na construção de identidades, apelando ao cuidado das "riquezas culturais da humanidade" (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 112) que não podem ser excluídas na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente. Por seu turno, Barata-Moura estipula que "[i]dentidade não é *mesmidade abstracta*, que num congelador, ou em efígie, se preserva" (BARATA-MOURA, 2016, p.6) e "identidade cultural não é um dado já pronto", requerendo atenções continuadas (BARATA-MOURA, 2016, p. 7), assumindo, desta forma, também a liquidez conceptual associada ao termo e que, em resultado de interações reais ou virtuais, se encontra ainda mais presente na sua essência.

É nesta perspetiva que se pode entender a importância que o património cultural, tido como evidência óbvia de memórias e identidades (vd. CADAVEZ, 2017, p. 216; CADAVEZ, 2020, p. 76), apresenta na dinâmica turística, em que é tomado como veículo para conhecimento do Outro que, por um determinado período de tempo, é tornado comunidade de acolhimento. Seja qual for o contexto, mas especialmente no

âmbito da prática turística, falar sobre património cultural deverá sempre acontecer numa lógica de respeito e de aceitação sem julgamento, não esquecendo nunca que

[d]efinido ao longo do tempo pela ação humana, o património cultural, longe de se submeter a uma visão estática e imutável, passa a ter de ser considerado como um «conjunto de recursos herdados do passado», testemunha e expressão de valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução e mudança (MARTINS, 2020, p. 52).

Uma das referências a património mais evocadas à data da redação deste artigo, a Convenção da Haia de 1954, explica no seu Artigo 1.º, alínea a), sob o a designação de “Definição de bens culturais” que, independentemente da sua tipologia, os mesmos são caracterizados por apresentar

uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos (UNESCO, 1954, p. 2).

O mesmo artigo da Convenção de Haia atribui igual primazia aos “edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos” (UNESCO, 1954, p. 2), como sejam museus, bibliotecas ou depósitos de arquivos.

Enquanto evidência cultural, o património é em simultâneo, como bem debate José Barata-Moura, “um tecido de *interlocações*. Com o mundo, com os outros, conosco próprios. (...) [N]ão é só aforro, e mirada pelo retrovisor” (BARATA-MOURA, 2016, p. 5). Além de representar um conjunto específico de valores e crenças, o património deverá, assim, ser igualmente discernido como um recurso que “tanto serve o desenvolvimento humano em geral, quanto um modelo de desenvolvimento económico e social assente no [seu] uso durável, com respeito pelo pessoa humana” (MARTINS, 2020, p. 50). Também Luís Raposo acompanha Oliveira Martins quando defende a função do património cultural enquanto promotor de conhecimento e de tolerância mútuas (vd. RAPOSO, 2021, p. 310-311). Esta associação de valores como a paz, o respeito e a tolerância às representações de património cultural foi particularmente referida por ocasião do Ano Europeu do Património Cultural, efeméride registada no ano de 2018, em que Guilherme d’Oliveira Martins, no desempenho das funções de coordenador nacional português, defendeu a articulação necessária entre política, economia e cultura enquanto agentes promotores de interesses vitais conducentes à paz, ao desenvolvimento, à promoção da diversidade cultural, ao diálogo entre culturas e à coesão social através, nomeadamente, do conhecimento e do acesso a memórias em resultado do contacto com o património cultural europeu. Curiosamente, já no ano de 2015, o Santo Padre Francisco alertara, na Carta Encíclica *Laudato Si’*, para o

risco de a atual economia global tender a “homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade” (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 112). Foi neste quadro que Martins declarou que a

demonstração da importância das raízes históricas e culturais; da necessidade de proteger e salvaguardar o património comum; da importância transversal e estratégica das políticas públicas ligadas à Educação, à Formação e à Ciência, bem como do entendimento de que só a proteção do património cultural, no contexto de uma identidade aberta e plural, e a sua ligação à qualidade da criação contemporânea podem corresponder a uma visão integrada do desenvolvimento, capaz de preservar uma cultura de paz (MARTINS, 2017).

Nas sua essência, este ano de celebração do património cultural europeu revalorizou as representações museológicas e exibicionais “em prol de uma necessidade de evocar e preservar memórias comuns e unificadoras, representadas por este tipo de património (...), que parecem tender no caminho da dispersão ou do esquecimento (CADAVEZ, 2017, p. 218).

Cada vez mais é comum a percepção de que o património cultural deve ser entendido como uma referência dinâmica e que poderia “fundamentar um projeto político de futuro baseado nos direitos humanos, na educação, na ciência e na cultura, na paz, no desenvolvimento e no respeito das diferenças – em suma, pondo a memória ao serviço da dignidade humana” (MARTINS, 2020, p. 38). É ainda Oliveira Martins que, a propósito dos propósitos que levaram à organização do Ano Europeu do Património Cultural, em 2018, referiu que

[q]uando falamos de respeito mútuo entre culturas e das diversas expressões da criatividade e da tradição, estamos, assim, a considerar o valor que a sociedade atribui ao seu património cultural e histórico ou à sua memória como fator fundamental para evitar e prevenir o «choque de civilizações», mas, mais do que isso, para criar bases sólidas de entreajuda e de entendimento” (MARTINS, 2020, p. 53).

É neste âmbito que se torna sobremaneira pertinente procurar averiguar o valor simbólico das representações do património cultural nos diversos cenários que ocupam a presente reflexão. À luz do que foi antes discutido, não é complexo entender a pertinência do acesso a património cultural no contexto da prática turística, pois que, ainda em época de mobilidades físicas ou virtuais, facilitadas por ferramentas da globalização, o contacto com este tipo de representações preenche e valida muitas das expectativas de turistas e viajantes por considerarem serem essas evidências o melhor percurso para uma aprendizagem acerca dos destinos culturalmente diversos que os acolhem. Nesta lógica, os museus e outros espaços de exibição são polos particularmente atrativos por neles albergarem as representações identitárias e de memória aprovadas e autorizadas para fins de criação de imagem do destino.

2.1 O valor simbólico do património cultural em contextos adversos: de elemento unificador a evidência de hegemonia e de poder

Lamentavelmente os últimos anos colocaram a humanidade em cenários globais hostis, caracterizados por enredos semelhantes aos de filmes de fraca qualidade e nos quais a maioria nunca teria esperado, muito menos querido, participar – uma pandemia e mais um confronto bélico de extrema violência com palco em território ucraniano. Não obstante as diferenças estruturais entre ambos os cenários, certo é que os dois ficarão para sempre também associados a gestos e comportamentos de uma imensa solidariedade que, no meio dos tumultos, tiveram o poder de renovar a crença na existência de algo inominável que afinal nos une enquanto comunidade, entendida em todo o seu alcance polissémico, i.e., comunidade de bairro, comunidade regional, comunidade nacional ou até comunidade mundial.

Note-se, ainda, como, em ambas as circunstâncias, as diversas tipologias das representações de património cultural viram exaltadas o seu valor simbólico através de agenciamentos mais ou menos formais, nos quais protagonizavam exposições que remetiam para significados eventualmente mais dissimulados em situações menos conturbadas. Na realidade, aquilo a que se assistiu foi à apresentação dessas representações em formatos que destacavam os diversos entendimentos que podem ser feitos a partir do termo ‘património’, invariavelmente associados a questões de identidade, memória e comunidade culturais fosse qual fosse o propósito de cada uma dessas exaltações em concreto – ora uma exposição de património enquanto elemento unificador e transmissor de conforto coletivo, ora um veículo de evidência de hegemonia e de poder.

Conforme referido num outro estudo, no cenário da mais recente pandemia, os locais, por excelência, de exposição de património cultural e que fazem parte dos roteiros preferidos por turistas e viajantes, ou seja,

os espaços museológicos [,] terão sido, no âmbito das manifestações e representações culturais, os primeiros a reagir aos constrangimentos impostos pelo confinamento e inerente distanciamento físico. (...) [A]o contrário do que sucedeu em outros domínios, o encerramento físico [dos museus] não correspondeu a um estado de adormecimento, pois que estas instituições inventaram, criaram, improvisaram e conceberam conteúdos digitais alternativos para que os seus respetivos patrimónios não caíssem em esquecimento. Independentemente da maior ou da menor qualidade dos conteúdos e atividades disponibilizados, bem como do grau de profissionalismo com que eram preparados e divulgados, a mensagem foi, desde o primeiro instante, clara, no sentido de firmar uma presença que pretendia ser companhia, mas também um instrumento que não deixasse cair a “normal” interação entre visitantes e espaços museológicos (CADAVEZ, 2020, p. 80).

Foi, de facto, praticamente global⁵ e célere a resposta ao “novo normal” dada por museus e outros locais validados e reconhecidos pela sua representatividade no que diz respeito à exibição mais formal de memórias e identidades culturais. Em Portugal, por exemplo, terão sido os Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional de Arte Contemporânea, Museu da Farmácia e Fundação Calouste Gulbenkian que deram início a uma nova e particular forma de se (continuar a) visitar património cultural através de um número bastante considerável de atividades diversificadas disponibilizadas nos próprios sítios eletrónicos e em inúmeras plataformas digitais (vd. CADAVEZ, 2020, p. 80). A nível internacional, merece destaque, entre tantas e tantas outras iniciativas associadas ao património cultural, o projeto associado à *hashtag* #museumfromhome, na qual os participantes “visitantes” se tornavam cocriadores artísticos, “incentivados a reproduzir, em ambiente caseiro, obras de arte reconhecidas mundialmente” (CADAVEZ, 2020, p. 86).

Inegável é que este tipo de atividades virtuais agenciadas por museus, monumentos, sítios e outros locais de mostra patrimonial teve, em última análise, por via da criação de projetos evocativos de memórias e identidades coletivas, o mérito muito pragmático e louvável de conseguir manter a união e a proximidade social possíveis num contexto tão adverso como o dos confinamentos e de, tal como advogado, entre outros, pelos objetivos do Ano Europeu do Património Cultural em 2018, promover o conhecimento (do Outro), incentivando assim a um diálogo entre culturas com uma intensidade que não seria atingida num contexto dito “normal”.

Atos como aquele a que a comunidade internacional tem vindo a assistir desde 24 de fevereiro de 2022 em território ucraniano, e que lamentavelmente será apenas mais um de entre um número demasiado grande de tantos outros que, muitas vezes, não são mediatizados com tanto interesse e incisão, conduzem a uma outra leitura e interpretação de património cultural, que lida com as evocações de cultura, memórias e, sobretudo, identidades coletivas de um modo diverso. Nestes cenários em particular, parece estar mais em causa a forma como o património, seja qual for a sua representação, pode ser tão facilmente associável a questões de poder, supremacias e hegemonias várias.

Poucas horas após o início do conflito em apreço, o Ministério da Cultura e da Informação ucraniano reuniu com o propósito de pensar e operacionalizar estratégias que permitissem proteger não só o património cultural em geral, mas, também, as coleções dos museus, em particular, num trabalho em concertação com a UNESCO. Logo desde o começo do conflito, verificou-se que, a juntar-se a alvos civis como zonas residenciais, escolas ou hospitais, também o património cultural tem estado na mira das forças atacantes. Este país soberano que conta, até ao início de 2022, com sete entradas na lista de Património da Humanidade da UNESCO, nas categorias de Património Cultural e Património Natural, sobretudo nas regiões de Lviv e Kyiv, bem como na designação de

⁵ Este movimento global foi sentido com muito maior incidência sobremaneira no mundo ocidental. Estima-se que, durante os períodos mais severos dos confinamentos impostos pela pandemia da COVID-19, no continente africano, por exemplo, lamentavelmente apenas cerca de 6% da sua população total tenha tido disponíveis meios que lhe permitissem ter acesso a plataformas digitais. A Carta do Porto Santo alerta precisamente para o facto de que a pandemia identificou e ergueu demasiados tipos de barreiras, entre elas algumas que têm a ver com o acesso à cultura (Carta do Porto Santo, 2021, p. 2); episódio que também é exposto e discutido por Sara Brighenti (vd. 2021, 5).

Memória do Mundo, viu, logo nos primeiros dias do conflito bélico, ataques dirigidos a representações culturais emblemáticas das suas memórias e identidade. A cidade de Kharkiv tem sido das mais atingidas, nomeadamente, através dos ataques à Catedral da Assunção, onde, na altura, diversos populares tentavam proteger-se, assim como ao *campus* da sua universidade nacional e às residências da Academia Estatal da Cultura. Em Ivankov, na região de Kyiv, o museu regional, dedicado também à catástrofe de Chernobyl, foi destruído por um incêndio e, com ele, entre outras, uma coleção de mais de vinte e cinco pinturas da artista ucraniana Maria Prymachenko, conhecida pela influência do folclore nacional na sua obra. A Academia Estatal de Artes Decorativas e Design de Kyiv foi igualmente destruída e teme-se pela integridade da Catedral de Santa Sofia na mesma cidade, onde o Memorial do Holocausto Babyn Yar também quase foi atingido logo nos primeiros dias.

Desde o início do conflito, a UNESCO tem vindo a pronunciar-se sobre a ameaça que paira sobre o património cultural ucraniano em geral, recordando os trâmites elencados pela Convenção de Haia de 1954, que define o protocolo para a proteção de bens culturais “que representem uma grande importância para o património cultural dos povos, qualquer que seja a sua origem ou proprietário” (UNESCO, 1954, p. 1) em cenários de conflito armado. O texto introdutório da convenção determina que as medidas de salvaguarda e proteção patrimonial sejam tomadas em tempo de paz, e ainda que o

respeito pelos bens protegidos impõe-se tanto ao Estado onde eles se encontrem, como aos seus adversários. Este respeito pelos bens implica que as partes da Convenção renunciem, por um lado, a utilizar os referidos bens para fins que os possam expor à destruição e, por outro lado, que as partes se abstenham de qualquer ato de hostilidade em relação a esses bens” (UNESCO, 1954, p. 1)⁶.

Nesse sentido tem sido feito um trabalho no terreno com o propósito de assinalar os principais monumentos do país com o emblema identificativo⁷ da mesma convenção numa tentativa de os manter protegidos das ofensivas da guerra. Simbolicamente, a primeira identificação foi a do Centro Histórico de Lviv, mas o projeto de proteção é bem mais abrangente e conta com o auxílio da sociedade civil em trabalho concertado com profissionais da área do património. Audrey Azoulay, a diretora geral da UNESCO, já apelou diversas vezes à salvaguarda do património cultural ucraniano também representado pelas cidades de Odessa e Kharkiv na rede UNESCO de Cidades Criativas. Azoulay evocou o protocolo elencado pela Convenção da Haia e condenou todos os ataques a bens patrimoniais, reiterando

a necessidade de salvar o património cultural, enquanto testemunho do passado, mas também enquanto instrumento de paz para o futuro, que a comunidade internacional tem o dever de proteger e preservar para as gerações futuras (UNESCO, 2022)⁸.

⁶ Itálicos nossos.

⁷ Vd. Artigos 10.º e 16.º da Convenção da Haia, UNESCO, 1954.

⁸ Itálicos nossos.

Desde que a invasão aconteceu, a UNESCO tem organizado reuniões regulares com gestores patrimoniais, diretores de museus e outros profissionais que desempenham funções relacionadas com património móvel e imóvel, tendo já sido mobilizados diversos parceiros internacionais como, por exemplo, o ICOM e o ICOMOS. A 11 de março de 2022, a Museum Association divulgou, no seu [sítio eletrónico](#), que um grande número de iniciativas está a ser desenvolvido no sentido de evitar uma perda catastrófica de património ucraniano face à atual situação bélica. O Centre to Rescue Ukraine's Cultural Heritage foi estabelecido em Lviv e está a pedir a urgente colaboração de organizações internacionais, museus e instituições culturais no sentido de angariar equipamento e materiais. 26 museus polacos formaram uma comissão para ajudar a proteger os museus e instituições culturais no território invadido. Nesta vaga de resposta global no sentido de se proteger e salvaguardar o património cultural localizado na Ucrânia, João Neto, presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), manifestou prontamente a disponibilidade e a vontade da APOM em colaborar com a proteção necessária durante o conflito e com a recuperação patrimonial depois de finda a guerra.

Citada pelo jornal Público, Oleksandra Kovalchuk, diretora do Museu de Belas Artes de Odessa, recorda que a memória pública ucraniana ainda não esqueceu a destruição de património cultural ucraniano agenciada pelas administrações soviéticas, e afirma acreditar que “faça sentido para eles [invasores russos] destruir arte que mostre a *nossa herança ucraniana*, que mostre que temos uma *história diferente*, que *somos diferentes*, que *não somos russos*” (PÚBLICO, 5 de março de 2022)⁹.

Não há, de facto, interações inocentes ou ingénuas com os bens patrimoniais, conforme traz à discussão a Carta do Porto Santo, ao referir que

[é] fundamental compreender, no desenvolvimento de políticas culturais, que hierarquizar valores culturais implica, sempre, formas de poder e de autoridade—de que é preciso estar muito consciente (Carta do Porto Santo, 2021, p. 5).

Ou seja, também neste caso, a escolha de alvos culturais para ataque será tudo menos acidental. Apesar da violência do conflito, ou talvez mesmo em resultado disso mesmo, a população tenta ela própria proteger as *suas* representações culturais. Diversos são os relatos e as imagens que dão conta de como os populares e uma ONG que se dedica à salvaguarda de monumentos arquitetónicos e históricos procuram defender as evidências das suas memórias e identidades coletivas, como acontece particularmente em Lviv, onde diversas estátuas e outros tipos de representações, como as esculturas de Neptuno, Anfitrite, Adónis e Diana, a estatuária próxima da Catedral Latina, ou ainda as igrejas da Assunção da Virgem Maria ou de Santo António têm vindo a ser envolvidas em diversas espécies de materiais ou salvaguardadas com sacos de proteção com o intuito de os defender de possíveis ataques. [Saving Ukrainian Cultural Heritage Online](#) (SUCHO) designa um grupo de profissionais de património cultural, do qual fazem parte bibliotecários, arquivistas, investigadores e programadores, que

⁹ Itálicos nossos.

trabalha para identificar e registar sítios e conteúdos digitais em risco em instituições ucranianas relacionadas com património cultural enquanto o país está a ser ocupado.

O diretor do Museu de Arte Nacional de Lviv partilhou com os meios de comunicação social que 17 museus da região têm vindo a trabalhar desde o início da invasão para proteger as coleções, muitas das quais se encontram resguardadas em espaços subterrâneos que, naturalmente, não foram revelados. Entre as muitas peças encontra-se uma peça de altar, em madeira, com Jesus, Maria e Maria Madalena, que foi retirada de uma igreja arménia do século XIV existente nessa cidade.

Logo no dia do início das hostilidades, o ICOM publicou um comunicado no seu sítio oficial, onde exprime a sua preocupação com os riscos que assombram os profissionais de museus, bem como com as ameaças ao património cultural devido ao conflito. Ao mesmo tempo que manifesta a sua esperança de que os países envolvidos, ambos signatários da Convenção da Haia de 1954, não negligenciem os conteúdos desse protocolo, o ICOM apela à sociedade civil para que auxilie os museus que lhe estão próximos no que refere à proteção de edifícios e coleções (vd. ICOM, 2022).

Em cenários como aquele que tem vindo a ser referido, o valor simbólico do património revela-se não só quando uma dada comunidade entende determinados representações ou bens culturais como evidências das suas próprias identidades e memórias coletivas, fazendo, por isso, tudo o que está ao seu alcance para os proteger em resultado não só dessas identificações culturais, mas, sobretudo, como forma de resistência simbólica a poderes que lhe são estranhos, o que evoca as palavras do Santo Padre Francisco que, no ano de 2015, afirmou o seguinte:

É preciso cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas que melhoram o nosso sentido de pertença, a nossa sensação de enraizamento, o nosso sentimento de «estar em casa» dentro da cidade que nos envolve e une (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 117).

Da perspetiva de forças e poderes externos, a destruição e o ataque a estes alvos é interpretada como uma metáfora de conquista e da supremacia hegemónica que aniquila as características do Outro, que já não se vê representado na identidade (vital) a que se associou e que lhe confere a identidade coletiva a que sempre pertenceu. A destruição de bens culturais em zonas de conflito é entendida por muitos como uma estratégia par apagar os marcos de soberania de um país ou região. Lilya Onyschenko, responsável do gabinete de proteção patrimonial da autarquia de Lviv, comentou com o jornal digital *The Guardian* que perder as suas representações culturais significava perder a sua identidade, “Lviv sempre foi multicultural. Foi construída por polacos, alemães, judeus, arménios e húngaros. Está na lista da UNESCO” (*The Guardian*, 9 de março de 2022). Também o diretor do museu de Lviv, Olha Honchar, expôs o seu entendimento acerca dos ataques de que têm sido alvo várias representações patrimoniais:

Tentam uniformizar tudo. Têm um tipo de monumentos, e um tipo de estilo artístico com realismo socialista. Moscovo quer erradicar a

cultura ucraniana. *É aquilo que nos define e a nossa identidade. É a memória daquilo que somos* (The Guardian, 9 de março de 2022)¹⁰.

São também estas representações alguns dos instrumentos que materializam as solidariedades possíveis em situações desta envergadura e que dão sentido a que, por exemplo, o Museu Grévin, em Paris, tenha, pouco tempo passado após o começo da ofensiva, decidido retirar de exibição a estátua que representa o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin. Os confrontos passaram também para uma luta ao nível das representações patrimoniais, quando, no dia 12 de março de 2022, o Hermitage, em São Petersburgo, solicitou a devolução, até ao final do mês, de obras de arte emprestadas a museus e galerias de Milão e Roma, depois de o Reino Unido, a Espanha, a França e a Áustria terem revelado que retiravam obras de arte cedidas ao Museu do Kremlin.

Neste conflito, como em muitos outros semelhantes que continuam a grassar a nível global, mantém-se presente o lamento de Maria Isabel Roque quando declarou que

[o] valor da arte e do património não se sobrepõe ao das vidas humanas que se perdem numa guerra. Porém, a perda da arte e do património são valores vitais da nossa identidade e, por isso, é igualmente irreparável (ROQUE, 2022).

2.2 O acesso à cultura como caminho para a paz, o diálogo e a sustentabilidade social

Mais do que um mero capricho ou uma fantasia, o direito de acesso à cultura aparece consagrado em textos oficiais como, por exemplo, a Constituição da República Portuguesa, cujo ponto 1. do Artigo 73.º do Capítulo III dedicado a Direitos e deveres culturais determina muito claramente que “[t]odos têm direito à educação e à cultura” (Constituição da República Portuguesa, 2015, p. 55). Esta garantia é especificada no ponto 3. do artigo referido, com a informação de que

[o] Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais (Constituição da República Portuguesa, 2015, p. 55).

No caso particular do Estado Português a sua constituição expressa o desejo de que o acesso à fruição e à criação cultural surja de forma generalizada, numa afirmação que evoca agentes diversificados no sentido de que esse acesso aconteça de modo realmente democrático. A alusão a associações e fundações com fins culturais, bem como a coletividades, associações de defesa do património cultural e até a organizações de moradores reitera a abrangência e a omnipresença antes referida a propósito dos

¹⁰ Itálicos nossos.

conceitos de cultura, património cultural ou bens culturais, indicando, igualmente, como a fruição patrimonial é uma prática dispersa e inerente aos mais diversificados cenários por onde nos movimentamos. De facto, sendo a fruição e a criação cultural instrumentos de materialização das referências identitárias que norteiam e dão sentido a uma comunidade, fará todo o sentido que um documento como a Constituição da República Portuguesa dedique algum do seu espaço a um elemento tão significativo de agregação coletiva como é a cultura¹¹.

O Código Mundial de Ética do Turismo, quadro de referência incontornável para todos os atores da prática turística que pretendam enveredar por trilhos pautados pela sustentabilidade e pela ética, com a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial de Turismo (OMT), apresenta, também, importantes contributos no que toca ao acesso e à fruição de bens patrimoniais. Partindo do pressuposto, apresentado no seu Artigo 1.º, de que o turismo contribui para a compreensão e o respeito mútuo entre povos e sociedades (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 1.º, s/p), o Código Mundial de Ética do Turismo defende, logo na sua introdução, que a prática turística tem associada a si a função de nos fazer tomar consciência das riquezas das várias civilizações ao permitir e promover a fruição de patrimónios desconhecidos (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, s/p). Consciente da utilização que o turismo faz dos recursos culturais, entendidos como património comum (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 4.º, s/p), o Código Mundial de Ética do Turismo apela não só a atitudes de gestão turística que protejam e respeitem o património cultural (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigos 1.º, 3.º, 4.º, s/p), como também à não reprodução de modelos culturais artificiais (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 9.º, s/p), preocupação igualmente plasmada no Artigo 3.º:

A actividade turística deve ser concebida por forma a permitir a sobrevivência e desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais, bem como do folclore, e não para provocar a sua padronização e empobrecimento. (UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 4.º, s/p).

Transversal aos textos introdutórios e aos dez artigos que compõem o documento em causa está a ideia de que a humanidade deve ter assegurado o direito de acesso à prática turística como via para a fruição de todo o património mundial (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 7.º, s/p), mesmo quando se trata de representações culturais privadas (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 4.º, s/p).

No que às questões de sustentabilidade diz respeito, merecem destaque as incursões que assentam na relação possível entre o pilar social do termo e o património

¹¹ A propósito das referências a cultura presentes na Constituição da República Portuguesa, refira-se, a título de mera curiosidade, que o seu Artigo 42.º, “Liberdade de criação cultural”, advoga a liberdade de criação intelectual e artística, no que refere, por exemplo, à produção e à divulgação de obras literárias ou artísticas (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2015, p. 39).

cultural, o que, no Código Mundial de Ética do Turismo, toma forma com a indicação de que os proventos resultantes de visitas a monumentos ou a sítios culturais, em contexto turístico, “devem ser, pelo menos parcialmente, usados para a manutenção, salvaguarda e embelezamento do património em causa” (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 3.º, s/p). Ainda neste âmbito, o mesmo documento apela à integração de recursos humanos locais nas diversas atividades que permitem a operacionalização da prática turística de modo a que se promova a sustentabilidade social e económica do coletivo que se revê no bem cultural em causa (vd. UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 5.º, s/p).

A Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade Conselho da Europa, comunmente conhecida por Convenção de Faro, em evocação da cidade onde foi aprovada no ano de 2005, é uma ferramenta de referência quando se discute o papel assumido pela cultura, e pelas suas representações, em geral, no âmbito da prossecução de ideias de democracia, paz e tolerância. A par do usual apelo à salvaguarda patrimonial, a Convenção de Faro destaca-se de outros quadros de referência acerca do tema património pela ênfase atribuída à pessoa e aos valores humanos que, também neste âmbito, deverão ser colocados “no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural” para que o mesmo se torne, de facto, em “fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução” (Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, 2005, preâmbulo, s/p). O primeiro objetivo da Convenção, expresso no Artigo 1.º, reconhece que o “direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural”, atribuindo a cada um de nós, enquanto indivíduos ou membros de um coletivo, uma responsabilidade na preservação e na sua utilização sustentável (Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, 2005, Artigo 1.º, s/p) com respeito pela sua integridade e compreensão dos valores inerentes, num quadro de desenvolvimento sustentável, diversidade cultural e criação contemporânea (Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, 2005, Artigo 5.º, s/p). O enfoque que eventualmente mais distingue esta convenção de outras que a antecederam é a insistência no “papel do património cultural na edificação de uma sociedade pacífica e democrática” (Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, 2005, Artigo 1.º, s/p) visando o desenvolvimento humano e a qualidade de vida. O Artigo 4.º, Direitos e responsabilidade relativos ao património cultural, declara, tal como vimos ser plasmado pelo Código Mundial de Ética do Turismo, o direito que assiste a qualquer cidadão de “beneficiar do património cultural e de contribuir para o seu enriquecimento”, para o que também são tidas em conta medidas para melhorar o acesso ao dito património (Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, 2005, Artigo 12.º, s/p), ao mesmo tempo que lhe cumpre a “responsabilidade de respeitar quer o património cultural dos outros quer o seu próprio património” (Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, 2005, Artigo 4.º, s/p).

Refletir acerca de cultura no âmbito dos conceitos de paz, diálogo e sustentabilidade social convida a evocar a [Culture 2030 Goal \(#culture2030goal\)](#)

Campaign, que defende o papel da cultura no desenvolvimento sustentável, no pressuposto de que a mesma deve ser reconhecida como o quarto pilar desse mesmo desenvolvimento. Assim, a campanha advoga a necessidade de se atribuir um papel mais importante à cultura ao longo do processo de implementação da Agenda 2030, devendo essa ser considerada como um objetivo distinto na agenda de desenvolvimento pós-2030. Este propósito já resultou, entre outros, num estudo publicado em setembro de 2019 que destacava não só as boas práticas desenvolvidas em todo o mundo a este propósito, mas também tudo o que tem de ser ainda concretizado para que se torne claro qual é de facto o potencial da cultura como pilar do desenvolvimento sustentável. A pandemia COVID-19 foi pretexto para a criação de um outro documento que, além de publicitar a necessidade de apoio sentida pela cultura durante esse período atípico, valorizou o modo como “a cultura pode promover o bem estar imediato e uma retoma mais forte e justa a longo termo” (#CULTURE2030GOAL CAMPAIGN OUR STRATEGY FOR 2020-30, 2021, p. 1). Em suma, trata-se de destacar uma noção transversal a todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que, por ora, contudo, parecem não ter conseguido comunicar de forma real e eficaz tudo o que está em causa a propósito de cultura quando o contexto remete para os objetivos da Agenda 2030. De facto, na atual redação, talvez apenas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 10 façam uma referência mais assertiva à agregação concetual que tem de ser formalizada entre cultura, paz, diálogo intercultural e sustentabilidade social, através das seguintes formulações:

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, *promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável* (UNITED NATIONS, s/d, s/p)¹².

10.2 Até 2030, *empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra* (UNITED NATIONS, s/d, s/p)¹³.

Os tempos mais severos do confinamento resultante da pandemia não inibiram que, no ano de 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, se realizasse a Conferência do Porto Santo, da qual resultou o magno documento “Carta do Porto Santo. A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural”, cujo propósito é ser “um mapa orientador de princípios e de recomendações para aplicar e desenvolver um paradigma de democracia cultural na Europa (...) [que reflita] “o papel do sector cultural no aprofundamento da democracia” (Carta do Porto Santo, 2021, p. 2).

¹² Itálicos nossos.

¹³ Itálicos nossos.

A chamada para que os cidadãos tenham uma participação mais ativa na cultura é provavelmente o grande marco deste documento, que advoga que as prerrogativas inerentes a um paradigma democrático *per se* sejam expandidas para o âmbito cultural:

É necessário promover uma concepção de cidadania cultural baseada no pluralismo: no reconhecimento da multiplicidade de vozes e na valorização das diferenças. Interpretações redutoras e unívocas da identidade cultural são perigosas, uma negação da visão democrática, inclusiva e aberta das culturas (Carta do Porto Santo, 2021, p. 4).

Como Sara Brighenti defende, a fragilidade da democracia é um tema cada vez mais central nos nossos quotidianos. Urge, por isso, “repensar a participação ativa dos cidadãos na construção da sociedade (...), [e confiar] no reconhecimento da multiplicidade de vozes e na valorização e integração das diferenças” (BRIGHENTI, 2021, p. 4). As representações culturais e patrimoniais assumem, assim, a dupla funcionalidade de, por um lado, deverem ser geridas com o agenciamento dos cidadãos, a quem são, neste nível, atribuídas responsabilidades anteriormente apenas do foro institucional e, por outro, de serem veículos e instrumentos para acesso, manutenção e exibição de valores de democracia e de tolerância. Ou seja, a Carta do Porto Santo “reconhece o direito de emancipação e empoderamento dos cidadãos como sujeitos culturais ativos: com a possibilidade de participarem e decidirem a vida cultural das comunidades” (Carta do Porto Santo, 2021, p. 6).

As referências aos termos que enquadram o foco desta reflexão estão presentes nos pontos referidos; são, contudo, claramente insuficientes para dar o verdadeiro respaldo necessário a uma relação sistémica que, talvez por decorrer de modo tão biológico e intuitivo, carece de ser formalizada.

Acompanhamos, mais uma vez, Guilherme d’Oliveira Martins quando refere que “o conhecimento e a prática do património cultural têm (...) que ver com o direito dos cidadãos participarem na vida cultural, de acordo com os direitos e liberdades fundamentais comumente aceites” (MARTINS, 2020, p. 50) pela evocação de situações de aprendizagem, aquisição de conhecimento e direitos humanos.

Numa época em que identidades coletivas estão a ser afrontadas e os significados e memórias inerentes a determinados bens culturais adquiriram, no pior cenário, valores simbólicos e de exibições hegemónicas que a maior parte da humanidade despreza, o Santo Padre Francisco sintetiza toda a problemática, reiterando o conforto que um contexto cultural, materializado nas mais diversas tipologias, representa, (também) enquanto elemento de ligação a um grupo maior no qual nos revemos e que aprendemos a mostrar, numa relação de igualdade, ao resto do mundo. Assim,

[é] preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento dum grupo social supõe um processo histórico no âmbito dum contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos actores sociais locais *a partir da sua própria cultura* (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 113).

Alguns anos mais tarde, a Carta do Porto Santo declara como a “vontade de preservação da diversidade cultural e de proteção dos direitos culturais” deve ser compreendida como “uma alternativa à globalização económica e cultural”, valorizando, para esse efeito, culturas e públicos distintos (Carta do Porto Santo, 2021, p. 6).

2.3 Somos todos humanos ou a falta que um (novo) humanismo nos faz

O século XV foi o século do primeiro Humanismo, um evento tipicamente europeu. E desde o início do século XXI que estamos a precisar de um segundo Humanismo (ZAMAGNI, 2018).

61

Nos últimos anos diversas vozes, em inúmeras áreas da sociedade, têm clamado publicamente pela necessidade de um novo ou neo humanismo. Julia Kristeva (2011) refere que o “humanismo é o encontro de diferenças culturais favorecidas pela globalização e pela informatização” que requer cuidado com os grupos mais vulneráveis (KRISTEVA, 2011, p. 3) numa afirmação que evoca não só um dos principais impulsionadores da prática turística – a expectativa do conhecimento do culturalmente diferente-, mas também um dos riscos que essa busca pelo exótico pode provocar.

Na Carta Encíclica *Laudato Si'*, de 18 de junho de 2015, o Santo Padre Francisco alerta para uma globalização da indiferença (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 43) que poderá consubstanciar uma das motivações para o crescente clamor desse novo humanismo. Esta Carta Encíclica é muito cuidadosa no alerta que faz para que o “progresso humano autêntico possui um caráter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado” (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 6), chamando a atenção para a necessidade de uma ética das relações internacionais, pois a “desigualdade não afecta apenas os indivíduos mas países inteiros” (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 40).

Marco Alexandre de Oliveira reconhece que o neo-humanismo renova a versão clássica, inaugurando uma versão transmoderna com especial foco em questões de interculturalidade e globalização (OLIVEIRA, s/d, p. 7). Oliveira acrescenta que “[a]lém da criação cultural, o desenvolvimento social também é parte fundamental do neo-humanismo, cuja realização universal dependeria da implementação de uma nova teoria socioeconómica” (OLIVEIRA, s/d, p. 8), que deverá fornecer uma “nova interpretação do próprio conceito de existência humana (...) [que] ajudará as pessoas a entenderem que os seres humanos (...) terão de aceitar a grande responsabilidade de cuidarem de todo o universo” (OLIVEIRA, s/d, p.9). Como também se pode ler na Carta Encíclica *Laudato Si'* “[q]uando o ser humano se coloca no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo se torna mais relativo” (SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p.94-95).

Na mais recente cerimónia do Dia Nacional da Universidade Católica Portuguesa, a sua Magnífica Reitora, Isabel Capelo Gil, proferiu uma intervenção a que deu o título “Por um novo Humanismo”, onde recordou que “[n]a transformação voraz de estruturas e mentalidades, agravada pelos desafios da pandemia, que o século XXI trouxe, renovar

e atualizar os valores do humanismo face à nossa realidade complexa constitui uma obrigação” (GIL, 2022, p.4). Nas palavras de Isabel Capelo Gil,

[o] novo Humanismo salienta a centralidade da pessoa sem a reduzir a um essencialismo individualista, exerce-se numa *cultura de diálogo cultural*, na relação com o planeta como nossa casa comum, na proposta de uma *cultura do acolhimento dos mais frágeis, de uma economia com crescimento solidário, de sociedades que garantam a igualdade de todos perante a lei, que defendam os valores da democracia* (GIL, 2022, p.4).¹⁴

Tendo em conta a “situação sem precedentes, de escandalosa ruptura entre o conhecimento dos meios técnicos de desenvolvimento da humanidade e a persistência de males físicos e morais” (HENRIQUES, 2007, p. 1), Mendo Castro Henriques declara a importância de se refletir sobre um novo humanismo, enquanto “sabedoria sobre a abertura do homem ao mundo; uma orientação para criar instituições que permitem expandir a participação do homem na comunidade” (HENRIQUES, 2007, p. 14). Luís Monteiro, por seu turno, defende que

[u]ma sociedade multi/intercultural e um universo integralmente interdependente carecem de um novo paradigma humanista (renascido), que agregue a *energia da variedade cultural e da renovação*, assim como os princípios indispensáveis dos Direitos Humanos, por via de estratégias e políticas que estimulem o ensino, o progresso humano, a igualdade de oportunidades, a comunicação intercultural e o *acesso à cidadania de todos, em especial dos grupos minoritários* (MONTEIRO, 2017, p. 117-118)¹⁵.

A partir de um paradigma de convivialidade caracterizado por relacionamentos multi- e interculturais e por níveis de interdependência crescentes, Monteiro pugna por um humanismo renascido que considere a centralidade dos direitos humanos para a construção de um espaço de cidadania aberta. Para este autor, é imprescindível que a pluralidade de identidades seja representada e valorizada (MONTEIRO, 2017, p. 115, 116), concluindo que a “multiplicidade cultural está no âmago do desenvolvimento humanista e não poderá ser entendida como uma dissimulação ou provocar conflitos e tensões” (MONTEIRO, 2017, p. 116).

Tal como escreve Sara Brighenti,

[n]ovos contextos exigem novas perguntas e respostas. O mundo pede paradigmas e ações renovados, especialmente quando as situações que se vivem não encontram replicação adequada no paradigma dominante. Neste caso é preciso reformulá-lo, sabendo que é urgente um modelo político que se adegue às circunstâncias, das comunidades e dos territórios, do presente e do futuro, ao nível ambiental, económico, social, que se centre nas necessidades das pessoas e da natureza, na justiça e no bem-estar planetário (BRIGHENTI, 2021, p. 3).

¹⁴ Itálicos nossos.

¹⁵ Itálicos nossos.

Em sùmula, num ambiente global deveras causticado por gestos e comportamentos do mais ultrajante desrespeito pelos direitos humanos em dinâmicas de xenofobia, violênciã e desvalorizaçã do Outro, atitudes imbuídas deste neo-humanismo ou Novo Humanismo poderã operacionalizar estratêgias diversificadas de cura e apaziguamento, nas quais o patrimônio cultural, enquanto evidênciã de memórias e identidades culturais que sã *apenas* diversas, terá um papel muito importante a desempenhar ao criar plataformas de (re)conhecimento, convivialidade e tolerância. O turismo, enquanto “indústria da paz” e ao ser agenciada por pessoas para pessoas, congregará, então, em si o melhor dos dois mundos por também ser uma prática tão dependente e promotora de fruição patrimonial em sede de museus, ou fora deles.

3 TURISMO NO SÉCULO XXI: (TÃO) MAIS DO QUE UMA VISITA

Jã não é de hoje a percepçã de que a prática turística extravasa cada vez mais definições (obsoletas e irrealistas) que a limitam a contextos de sobreturismo em que, no que respeita, por exemplo, ao contacto com representações patrimoniais, a rotina é fundamentalmente quantitativa, negligenciando-se qualquer outra interaçã ou abordagem. Fruto da natural renovaçã dos novos perfis consumidores, também no âmbito turístico tem vindo a implementar-se uma mudançã que se consubstancia em expetativas muito diversas do que se observava há décadas passadas (vd. CADAVEZ, 2017). Experiência¹⁶; imersã na comunidade; autenticidade – estes sã atualmente os elementos catalisadores mais indicados por turistas, seja qual for o segmento da prática em que se organizam. Na verdade, a par de uma cada vez mais vasta diversidade de tipologias definidoras da prática turística, refletida num *branding* imparável e, por vezes, supreendente, estas expressões (experiência, imersã na comunidade e autenticidade) surgem transversalmente nas mais variadas ofertas, refletindo as novas tendências e expetativas no mais recente mercado turístico. Estes novos perfis de turistas, que se situam, quase sempre, nos antípodas do turismo massificado, caracterizam-se igualmente pela sua elevada consciênciã ambiental e social e conseqüente respeito e sentido ético em relaçaõ à comunidade que os acolhe. Nesta perspectiva, o destino selecionado é para ser vivido e *experienciado* com a comunidade que o habita regularmente, numa lógica promotora de melhores relacionamentos entre representantes de culturas diferentes, que promova o diálogo intercultural, a coesã social e a solidariedade.

As referências e os dez artigos que compõem o já aludido Código Mundial de Ética do Turismo (2001) evocam as diversas abrangências que, em concertaçã, dão origem à prática turística, demonstrando os novos valores associados à atividade, como

¹⁶ Esta procura por experiências turísticas acaba por situar os consumidores da prática num paradigma muito próximo daquilo que foi conceptualizado por Alvin Toffler, no início da década de oitenta do século XX, com a expressão *prosumer*. Este neologismo, resultante do encontro dos termos *producer* (produtor) e *consumer* (consumidor), pretende refletir a tenuidade que existe entre o campo da produçã e o campo do consumo em que o sujeito tem um papel ativo na produçã daquilo que consome (vd. TOFFLER, 1981, p. 287).

a ética e a tolerância, não descurando, contudo, um entendimento do setor como veículo de aprendizagem. Assim, logo no Artigo 2.º, alínea 1, pode ler-se que

[o] turismo, actividade a maior parte das vezes associada ao repouso, à descontração, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de *desenvolvimento individual e colectivo; praticado com a necessária abertura de espírito, constitui um factor insubstituível de autoeducação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e da sua diversidade* (UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2001, Artigo 2.º, s/p)¹⁷.

Ao longo deste documento o termo “sustentabilidade” é utilizado em toda a sua polissemia, pois que se pretende que as práticas coevas não façam perigar a possibilidade e o direito das gerações futuras em ter acesso a patrimónios culturais e a patrimónios naturais em bom estado de preservação, ao mesmo tempo que se defende a viabilidade de retirar da atividade proventos económicos, principalmente dirigidos às comunidades locais, sem que tal signifique um conflito na gestão dos recursos envolvidos. A oferta turística não pode ser encarada como um mero conjunto de produtos destinados a ser fruidos, mas antes como um grupo de bens que deverão alimentar diversas necessidades intelectuais, emocionais, espirituais e éticas, o que leva a evocar a necessidade de uma ética das relações internacionais, tal como pugnada pelo Santo Padre Francisco (vd. SANTO PADRE FRANCISCO, 2015, p. 40).

Por seu turno, ao mesmo tempo que alerta para os problemas de sobrelotação, apropriação cultural e perda de autenticidade resultantes de uma atividade turística não conduzida em função de boas práticas, a Comissão Europeia avisa que o turismo sustentável “oferece uma nova perspetiva, uma vez que coloca o património (...) e as comunidades locais no centro dos processos de decisão”, permitindo, assim, que o património e as comunidades possam sair beneficiados e apoiados em resultado da atividade (COMISSÃO EUROPEIA, s/d, s/p).

No meio da já aludida imensa diversidade de tipologias, no que refere aos tipos de prática turística, cumpre destacar, no âmbito da referida nova forma de contactar destinos e culturas diversas, o designado *slow tourism*, partindo da apresentação que Eunkeyong Jung faz, na qual

slow tourism surgiu como uma tendência moderna como forma de viajar de modo a conhecer um destino sem pressão e sem visitas sem sentido a atrações “obrigatórias” sobrelotadas (Germann Molz, 2009; Lumsdon & McGrath, 2011; Rawlinson, 2011). Os *slow tourists* ambicionam uma *imersão no destino* ao mesmo tempo que estão *ligados à comunidade, à cultura, aos habitantes e à gastronomia locais* (Dickinson et al., 2010; Kazandzhieva & Lukanova, 2016). Esta filosofia na indústria turística assemelha-se a outros movimentos *slow* por *respeitar a cultura e a história locais, apoiando as indústrias*

¹⁷ Itálicos nossos.

locais e interagindo com os residentes (Kapchikova, 2018) (JUNG, 2021, p. 2)¹⁸.

Estes turistas buscam estruturas e ofertas que lhes permitam um contacto pouco mediado com os locais e as suas representações culturais, sendo o conceito *slow* o descritivo de uma atitude que pauta todas as suas ações enquanto turistas na medida em que o objetivo é sempre uma aproximação o mais autêntica possível do paradigma cultural e social visitado (vd. DICKINSON, s/l, s/p, OH, ASSAF, BALOGLU, 2014, p. 3). Joana Dickinson defende que esta será a próxima tendência no mercado turístico e explica que *slow tourism* significa

um tipo de viagem que enfatiza a *ligação com população, culturas, gastronomia e música locais*. O conceito parte da ideia de que se viaja para se *aprender* e ter um *impacto emocional*, enquanto se valoriza atividades que sejam *sustentáveis* para as comunidades locais e o ambiente (DICKINSON, s/l, s/p)¹⁹.

Esta tipologia de turismo valoriza mais as experiências do que o consumo ou os aspetos materiais das deslocações. Entre outros, Dickinson destaca como a área do F&B pode ser importante para a operacionalização do conceito por permitir que as culturas locais sejam exibidas ao dar-se primazia a pratos, técnicas de confeção e ingredientes locais e sazonais, o que contribuirá não só para se conhecer melhor o destino, como também para promover diversos níveis de sustentabilidade. Neste âmbito, as unidades de alojamento deverão apostar em serviços de *wellness & wellbeing* que possam incorporar práticas tradicionais que usem plantas ou rituais locais. Naturalmente que também as experiências e as atividades disponibilizadas servirão para promover o contacto com os habitantes locais como forma de expandir o conhecimento e a compreensão culturais (vd. DICKINSON, s/l, s/p).

O *Research study on Slow Tourism international trends and innovations* é um estudo desenvolvido pelo projeto Med Pearls²⁰ que destaca, nesta tipologia de prática turística, o seguinte:

O *slow tourism* permite ao turista que torne a ser dono do tempo, alivia a ansiedade e o stress causados por rotinas extenuantes, permite que os turistas entrem, de novo, em sintonia com eles próprios e com aquilo que os rodeia, cria uma nova forma de consciência graças a uma *experiência mais profunda e envolvente, enfatizando, assim, a sustentabilidade, a responsabilidade e o cuidado ambiental de todos os stakeholders envolvidos* (MED PEARLS, s/d, p. 10)²¹.

Os atributos deste tipo de turismo têm na sua essência o foco no local e no cultural, o que resultará numa mudança da qualidade da experiência nomeadamente

¹⁸ Itálicos nossos.

¹⁹ Itálicos nossos.

²⁰ Mais informação em [Home | ENI CBC Med](#).

²¹ Itálicos nossos.

no que refere a questões de autenticidade da mesma. A dimensão experimental da prática, que resulta em tempo de qualidade, experiências com significado, abrandamento do ritmo físico e numa atitude turística muito em linha com o *prosumer*, antes referido, em concertação com uma dimensão ética, que se materializa em atos de dádiva às comunidades ou áreas visitadas, em escolhas por viagens conscientes e informadas, assim como num consumo cuidado e sustentável, facilmente acabam por se concretizar e reverter a favor da gastronomia, dos negócios, dos recursos humanos e da cultura locais, que se transformam nas referências chave dos objetivos e expectativas da prática do *slow tourism* (vd. MED PEARLS, s/d, p. 10, OH, ASSAF, BALOGLU, 2014, pp. 6-7).

No ano de 2019 a Organização Mundial de Turismo indicava as novas tendências dos consumidores de turismo internacional, assinalando precisamente a consistência adquirida das características tipificadoras do *slow tourism*, ao elencar, entre outros, os seguintes atributos: viajar para “mudar” - viver como um local, procurar a autenticidade e a transformação -, busca de uma vida saudável - através de uma prática turística que abranja caminhadas, bem-estar e desporto - e maior consciência da sustentabilidade - uso zero de plásticos e alterações climáticas - (UNWTO, 2019, p. 5, VANNI, 2021). Em linha com o novo perfil de turistas, começava já a compreender-se como o turismo de massa, o “turismo rápido” de colecionar carimbos, estava a tornar-se uma prática desgastada (vd. VANNI, 2021). Em resultado das contingências impostas pela COVID-19 estas tendências parecem ter ganho ainda mais sentido, numa época em que a única forma de turismo procurada desviava os viajantes dos núcleos mais turistificados e sobrelotados para espaços menos pretendidos antes e onde as atividades em pequenos grupos e/ou ao ar livre eram preferidas. Não apenas devido às características dos novos viajantes, mas também ainda fruto de receios sanitários que permanecem, acredita-se que a retoma inicial da atividade turística continuará nestes moldes que deverão optar por destinos onde vislumbrem rotinas mais sustentáveis e onde acabem por ser, afinal, *slow tourists*.

No cenário português cumpre destacar o [Estratégia Turismo 2027](#) (2017), um quadro referencial que dá nota e surge alinhado com estas novas tendências caracterizadoras dos mais recentes perfis de turistas. A par das sustentabilidades económica e ambiental, mais comumente associadas a uma atividade como a turística, este conjunto de estratégias, resultantes de uma atenção transversal colhida também junto da sociedade, elenca como meta três objetivos de cariz social, sendo que um deles afirma “pretender que o turismo ger[e] um impacto positivo nas populações residentes” (TURISMO DE PORTUGAL, 2017, p. 5). No âmbito dos dez ativos estratégicos identificados para o turismo nacional, o Estratégia Turismo 2027 refere as pessoas, que deverão ser valorizadas no âmbito da prática turística e ser positivamente impactadas pela atividades (TURISMO DE PORTUGAL, 2017, p. 41); história e cultura, cujas representações patrimoniais terão de ser salvaguardadas também devido ao que representam em termos de sustentabilidade económica; gastronomia e vinhos, eventos artístico-culturais; e bem estar (TURISMO DE PORTUGAL, 2017, p. 5, 35, 40), acompanhando, desta forma, não apenas o que se viu ser a essência da prática turística *slow*, como também os âmbitos da atividades que melhor o concretizarão. As principais conclusões do documento apontam, entre outros aspetos positivos, a autenticidade com modernidade e preservação, as pessoas, e a

história e a cultura (TURISMO DE PORTUGAL, 2017, p. 14). O património cultural (e natural) deverá ser preservado e valorizado, também enquanto fonte de proventos económicos (TURISMO DE PORTUGAL, 2017, p. 38). As pessoas são indicadas pelo Estratégia Turismo 2027 como o único ativo transversal; enquanto a história e a cultura se apresentam como ativos diferenciadores, a gastronomia e vinhos, assim como os eventos artístico-culturais, são ativos qualificadores; e os ativos emergentes incluem o bem-estar (TURISMO DE PORTUGAL, 2017, p. 46).

Apesar de o termo turismo não ser elencado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2015), a maior parte dos ODS reflete a essência do que acaba de ser exposto. A centralidade que se espera ver atribuída às pessoas e às suas representações culturais identitárias tem perfeito cabimento numa vasta, mas certamente incompleta, lista de metas cujo propósito transversal é a atribuição de respeito e empoderamento que apenas serão atingidos e mantidos se estes dezassete propósitos forem alcançados. Enquanto prática social e palco das interações mais diversas, o novo turismo, em particular o *slow tourism*, comporta em si cenários e instrumentos necessários à concretização dos ODS. (Re)pensar a atividade turística no século XXI, em tempos adversos de pandemia e de cenários belicosos, deverá significar ter como referência as metas pretendidas com a implementação dos ODS, pois que tal atitude poderá ser (também) entendida como uma prática válida que contribuirá para a materialização de um tão necessário novo humanismo que resgate a Humanidade da verdadeira idade das trevas.

De um modo mais geral, cumpre recordar como o turismo esteve, apesar de ter sido um dos setores mais prejudicados pela situação, em tempos mais severos de pandemia, na linha da frente no que toca ao apoio humanitário, disponibilizando, por exemplo, alojamento para pessoas contaminadas e pontos de descanso para pessoal de saúde, a quem, diversas entidades de restauração também forneceram, não poucas vezes, refeições. Perante o atual conflito beligerante, não pode ser igualmente descartado o que o setor tem feito no âmbito do trabalho de apoio a refugiados de guerra. São inúmeras as unidades de alojamento e as empresas de transportes que têm estado ativamente envolvidas no processo de apoio e auxílio a refugiados (FORTE, 2022), tendo, igualmente, muitas delas criado já bolsas de emprego particularmente destinadas a quem foge do conflito e tem de começar do zero.

4 MUSEUS NO SÉCULO XXI: (TÃO) MAIS DO QUE UMA VISITA

Não é nova a necessidade identificada pelo ICOM em redefinir o termo “museu”. Se bem que amplamente aceite, esta discussão não tem agregado consensos, conforme comprova o cenário de discordância vivido aquando da assembleia geral de Quioto, que decorreu em setembro de 2019 (vd. CADAVEZ, 2020, pp. 72, 78). Covadonga Valdaliso recorda uma das mais recentes propostas do ICOM a este propósito, de acordo com a qual

a partir de agora, um museu deve ser um «*espaço democratizador, inclusivo e polifónico para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros*» que, a partir dos desafios do presente, «*custodia artefactos*

e espécimenes para a sociedade, salvaguarda memórias diversas para as gerações futuras, e *garante a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao património para todos os povos*». A isto acrescenta-se que os museus não devem ter como fim o lucro e devem «ser participativos e transparentes, *trabalhar em colaboração com e para as comunidades*, e coleccionar, preservar, *investigar, interpretar, expor e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir à dignidade humana e à justiça social, à igualdade mundial e ao bem-estar planetário*»²² (VALDALISO, 2021, p. 89)

Este entendimento foi expresso pelo ICOM Define que, numa sessão aberta remota, organizada pelo IC ETHICS²³, o comité do ICOM para assuntos éticos, no dia 14 de março de 2022, deu nota dos trabalhos que têm vindo a ser feitos no quadro da redefinição de “museu”. O ICOM Define é composto por uma equipa de vinte elementos que, nos últimos dois anos, tem desenvolvido um trabalho exaustivo, com diversos momentos de consulta, para que o processo de redefinição avance. Nesta reunião foram apresentadas cinco propostas resultantes de todas as diligências desenvolvidas pela equipa ICOM Define. Para efeitos da presente investigação, e considerando que à data de redação desta reflexão ainda não se chegou a uma definição final, importa aferir o possível, por agora, i.e., quais as expressões chave comuns a todas as propostas que podem ser relacionadas com o foco deste estudo. Assim, e sem qualquer tipo de hierarquização associada à elencagem que se segue, cumpre destacar as ocorrências dos seguintes termos e expressões praticamente em todas as cinco propostas em discussão: inclusão, sem fins lucrativos, pensamento/reflexões crítico(s), (parcerias ou serviço às) comunidades/sociedade, ética, comunicação, fruição, educação e sustentabilidade. Na verdade, seja qual for a decisão final acerca da nova definição de “museu”, é certo que a mesma refletirá uma realidade, de acordo com a qual os espaços museológicos deverão ser entendidos como referências cuja real missão vai muito além da mera exibição de coleções reveladoras de memórias e identidades, contemplando, igualmente, questões mais associadas ao bem-estar, à cidadania, à educação e à comunidade.

O espírito que emana destas intenções está aparentemente em linha com o tema selecionado para a conferência geral do ICOM em Praga, em agosto de 2022, “O Poder dos Museus”, dando-se, desta forma, voz ao papel que muitos entendem ser o das instituições culturais nas suas comunidades locais. Assim, na apresentação da temática do encontro é referido o seguinte:

As batalhas democráticas travadas em todo o mundo em nome dos direitos humanos convidam os museus para tomarem uma posição ativa rumo a um avanço justo na sociedade civil. Acreditar que o setor cultural pode manter-se neutro face a situações de exclusão e discriminação poria em risco a própria relevância dos museus. Esta sessão plenária promove debates acerca de *projectos e ideias capazes de permitir que os museus desempenhem um papel de*

²² Itálicos nossos.

²³ Mais informação em <https://www.ic-ethics.museum/>.

*protagonismo enquanto agentes de mudança (ICOM PRAGUE 2022)*²⁴.

Como se verificou, num passado pandémico recente e no contexto beligerante atual, a relação dos museus com as comunidades vai além da salvaguarda e da exibição de coleções ilustradoras de memórias e identidades. Ao longo dos duros meses de confinamento, foram inúmeros os museus que, com maior ou menor qualidade e profissionalismo, criaram conteúdos e produtos digitais com o propósito de manter (em alguns casos, de criar) ligações com os seus públicos, o que, em tempos de afastamento social, representou algo extremamente valioso. Além disso, um número igualmente de museus cedeu equipamentos (v.g., máscaras) e até espaços para ações de cariz humanitário (vd. CADAVEZ, 2020, p. 87). No atual cenário bélico, merecem destaque, entre outros, a iniciativa do Museu de História dos Judeus Polacos, em Varsóvia, que abriu uma cozinha para disponibilizar sopas a refugiados que chegam à Polónia, enquanto outras instituições semelhantes se transformaram em centros de voluntariado. Claramente que estas não serão as missões principais dos espaços museológicos, contudo, estas reações de solidariedade e de humanismo serão também o outro tipo de poder que a sociedade começa a esperar dos museus.

Este foi um ponto destacado por Darko Babic, académico croata, durante a conferência digital *Museums and Social Responsibility -What's next?*, um encontro realizado pela Associação Eslovena de Museus, em setembro de 2021, no âmbito da sua presidência do Conselho Europeu, que justificou a sua organização, considerando que a maioria dos problemas que afeta a Humanidade são problemas com origem social. Falando na dinâmica futura expectável dos museus, Babic referiu que a salvaguarda das coleções continuará naturalmente a ser o ponto mais importante, mas acrescentou a pertinência de se considerar na mira o Foco 3C, a saber, comunidade, comunicação e colaboração (vd. *Museums and Social Responsibility -What's next?*, 2021), designação de uma dinâmica nos espaços museológicos que inclui uma forte atenção atribuída às comunidades com as quais deverá haver sempre um canal de comunicação e de colaboração aberto.

Em linha com estes novos caminhos, Maurizio Vanni (2020) declara que o próximo passo dos museus consistirá em

[e]nvolver os segmentos mais *frágeis e vulneráveis da sociedade* com projetos customizados [, o que] corresponde a uma estratégia colaborativa que coloca as *pessoas e a sua filosofia de vida no centro* para transmitir e partilhar as escolhas do museu, indo além do acervo. O museu será colocado à disposição (...) do *bem-estar e do bem comum e relacional* de segmentos do público que, normalmente, não ultrapassam os limites dos museus: famílias numerosas, deficientes, frágeis, idosos, crianças e adolescentes (VANNI, 2020, s/p)²⁵.

²⁴ Itálicos nossos.

²⁵ Itálicos nossos.

O Código de Ética do ICOM para Museus de 1986, com última revisão de 2004²⁶, já conta com dois pontos que aludem a estas questões. No ponto 5, é indicado que a variedade de especializações, habilitações e recursos disponíveis nestes espaços permitem “partilhar os seus recursos e prestar outros serviços públicos como atividades complementares²⁷. Estes serviços devem ser realizados de forma a não comprometer a missão do museu” (Código de Ética do ICOM para Museus, 2001, p. 12). No ponto 6.5. é formalizado o respeito pela prevalência da vontade da comunidade envolvida sempre que as atividades do museu ou a aquisição de património as envolva (Código de Ética do ICOM para Museus, 2001, p. 13), sendo, porém, decisivo o que é afirmado em 6.8.:

Os museus devem criar condições favoráveis para receber apoio comunitário (ex.: associações de amigos de museus e outras entidades). Devem *reconhecer a importância destas parcerias e incentivar o relacionamento harmonioso entre as comunidades e os profissionais de museus* (Código de Ética do ICOM para Museus, 2001, p. 13)²⁸.

Será que se poderá considerar, então, que os museus irão, de facto, ser instrumentos ao serviço do novo Humanismo que se procura sobretudo em tempos de pós- pandemia, assim como durante e no pós-guerra? Este envolvimento deverá ir além de tempos adversos e, de facto, será num quadro de *slow tourism*, tal como discutido antes, que os museus poderão “ocupar um papel central de coordenação e referência” (VANNI, 2021). Acompanhando Maurizio Vanni, os espaços museológicos desempenharão esta função quando o seu foco for a satisfação emocional e interior, a saúde e o bem-estar do visitantes a par de outras intenções claras visem a responsabilidade social.

Há inúmeras experiências, pelo mundo fora, nas quais os museus contribuem realmente de forma ativa para promover o nível de bem-estar das comunidades mais próximas (vd. CADAVEZ, 2020, p. 78) e o próprio ICOM já se manifestou a este propósito:

Considerados frequentemente como espaços *abertos e seguros* de encontro, os museus podem *construir confiança comunitária e contribuir para o aumento do nível do capital social local*. (...) Podem ser plataformas onde cidadãos, grupos comunitários, gestores urbanos, arquitetos e outros podem reunir e discutir sobre o modo como veem o futuro e como podem estar envolvidos na sua construção. (...) Podem promover *interações entre comunidades diferentes* em redor de um tema comum de modo a *ultrapassar*

²⁶ Na Assembleia Geral de Quioto, realizada em setembro de 2019, foi discutida a necessidade de que até 2021 este código fosse revisto, o que ainda não veio a acontecer.

²⁷ Meramente a título exemplificativo, recorde-se que o Musée des Beaux-Arts d’Orléans estabeleceu uma parceria com o Instituto Francês do Sangue para que algum espaço fosse usado durante as campanhas de recolha de sangue. Para 70% do doadores esta foi a primeira vez que visitaram um museu. Mais informação em [Orléans art museum lends its galleries to blood donations - MuseumNext](#).

²⁸ Itálicos nossos.

diferenças entre tradições culturais (...). Podem também organizar atividades temáticas para construir *ligações entre e intra comunidades* sobre temas como o envelhecimento, o bem-estar, migrações, gênero, LGBTQ+, igualdade, xenofobia, alterações climáticas e populismo (ICOM, 2019, p. 39).²⁹

Para que tal aconteça, os museus podem ceder espaços à comunidade para que esta use o local como palco para exposições, eventos, festivais, aulas, entre muitas outras atividades. Numa época em que a saúde física e a saúde mental são entendidas como resultado de uma atitude holística necessária, estes momentos são particularmente importantes para aumentar o bem-estar, a confiança e a autoestima principalmente de grupos marginais, promovendo, desta forma, a coesão social (ICOM, 2019, p. 55).

Em conjunturas de adversidade, Sara Brighenti apela à necessidade de se refletir sobre como os museus, enquanto instituições culturais, poderão garantir os valores democráticos, devendo estes refletir-se na missão das instituições (BRIGHENTI, 2021, p. 5). Franklin Sirmans, diretor do Pérez Art Museum Miami, destaca, por seu turno, que, no futuro, os museus terão de ser muito mais do que espaços de entretenimento, justificando-se com a afirmação de que existe “demasiado ódio no mundo e os museus deviam alterar as coisas e providenciar espaços de amor – não de concordância, mas de corações abertos” (SIRMANS, 2019). Os museus podem ser parceiros no desenvolvimento sustentável que atualmente se pretende, o que se operacionaliza não apenas através da preservação patrimonial, mas também da exibição da diversidade cultural, da transmissão de conhecimento, da coesão social e da sua participação na economia do turismo. O ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, no seu ponto 4, convida à salvaguarda patrimonial, no pressuposto de que a cultura pode ajudar a melhorar o mundo e de que “os museus, em concreto, são uma plataforma para aprendizagem e reflexão” (CHARR, 2022).

Mais do que espaços de exibição, no futuro os museus serão cada vez mais chamados a desempenhar um papel mais positivamente impactante na sociedade em linha com a seguinte reflexão de Sara Brighenti:

Com efeito, não basta desejar uma sociedade mais democrática – devemos agir para a defender. Por isso consideramos essencial reafirmar a função política dos museus, enquanto lugares públicos de conhecimento e de questionamento crítico, as suas missões, os seus processos e modos de organização institucional, o que valorizam e propõem. *Os museus são organizações que influenciam positivamente a saúde da democracia junto das comunidades que servem* (BRIGHENTI, 2021, p. 5)³⁰.

5 ATÉ ONDE PODEMOS CHEGAR? REFLEXÕES FINAIS

Enquanto “conjunto de recursos herdados, que testemunham e exprimem valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução e mudança” (MARTINS,

²⁹ Itálicos nossos.

³⁰ Itálicos nossos.

2020, p. 52), o património é provavelmente uma das poucas referências sólidas num paradigma social e político líquido e facilmente reciclável (vd. BAUMAN, 2000). Neste âmbito, sobretudo em contextos pejados de momentos adversos e distantes da empatia, a prática turística e as atividades agenciadas por museus terão por certo missões diversas e novas que, indo além das tradicionais práticas que lhes são associadas, constituirão ferramentas e contributos valiosos para cenários de paz e de humanismo que promovam e mantenham tempos de compreensão e respeito pelo Outro.

Numa reunião informal com os ministros do turismo da União Europeia, a 18 de março de 2022, o secretário-geral da Organização Mundial de Turismo, Zurab Pololikashvili, recordou que, perante desafios tão ousados como aqueles com que o mundo tem sido confrontado ultimamente, é indiscutível o papel que o turismo pode desenvolver para a promoção da paz (UNWTO, 2022). Na mesma lógica, e em conformidade com a Carta do Porto Santo, relembre-se que a “cultura é um modo de sair de si e colocar-se no lugar do outro” (Carta do Porto Santo, 2021, p. 7). Neste sentido, o património e os bens culturais, fruidos em práticas turísticas ou em museus, já provaram que podem ser um novo aliado no caminho de um novo humanismo necessário com vista à estabilização de valores como a paz, a coesão social, a tolerância e o respeito entre comunidades culturalmente distintas ou até marginais. Quer no contexto de um novo tipo de prática turística que tem vindo a instalar-se ainda desde antes da declaração do quadro pandémico em março de 2020, quer nas novas ambições que certamente serão contempladas nas missões dos museus, eventualmente em resultado da redefinição do termo, a fruição patrimonial deve exibir diferenças e particularidades em convivência harmoniosa, estimular o conhecimento do Outro, que é diferente, e jamais servir para extrapolações interpretativas simbólicas desrespeitosas e atentatórias da dignidade humana- a cultura une e ensina, este deve ser o mote quando em causa está o património cultural e a sua fruição em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. London: Verso, 2006.

ASSMAN, Aleida. From Collective Violence to a Common Future: Four Models for Dealing with a Traumatic Past. In: SILVA, Helena Silva, MARTINS, GUARDA, Filomena, SARDICA, José Sardica (Eds.). **Conflict, memory transfers and the reshaping of Europe**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. Pp.8-23, 2010.

BARATA-MOURA, José. Identidade e Património Cultural. A Questão do Ajuizamento. In: **Direito do Património Cultural. Curso de Pósgraduação**. Faculdade de Direito da Universidade de Direito da Universidade de Lisboa, 10 de março de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Liquid modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BRIGHENTI, Sara Barriga. “A cultura e a promoção da democracia: recomendações da Carta do Porto Santo para os museus”. In **MIDAS** [Online], 13. Dossier temático:

“Políticas culturais e museus”. SEMEDO, Alice, RODRIGUES, Paulo Simões, CASALEIRO, Pedro, HENRIQUES DA SILVA, Raquel, CARVALHO, Ana (Eds.). s/l: CHAIA – História de Arte e Investigação Artística, Instituto de História de Arte - Instituto de História de Arte, CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2021. Disponível em: Acesso em 9 de março de 2021.

CADAVEZ, Cândida. «Mas que mundo é este?», ou de como tem de ser diferente a divulgação das práticas de fruição cultural para os turistas millennial — um estudo de caso pensando nos museus". In **Revista Iberoamericana de Turismo**, Volume 7, Dossiê Número 3 "Museus, Turismo e Sociedade". COSTA, Luciana Ferreira da, NUNES, Maria de Fátima (Eds.). Alagoas: RI TUR Penedo. Pp. 215-228, 2017.

CADAVEZ, Cândida. Nem só da Covid-19 é a culpa: museus e comunidades – considerações sobre novas (re)definições e fruições. In: **Museologia e património**. Vol. 3. MAGALHÃES, Fernando, COSTA, Luciana Ferreira da, HERNÁNDEZ, Francisca Hernández, CURCINO, Alan (Eds.). S/l: Instituto Politécnico de Leiria. Pp. 72-106, 2020.

CARTA DO PORTO SANTO. **A cultura e a promoção da democracia**: para uma cidadania cultural europeia. 2021. Disponível em: <https://portosantocharter.eu/wp-content/uploads/2021/05/CartaDoPortoSanto.pdf>. Acesso em 2 de março de 2022.

CHARR, Manuel. Museums and sustainable development goals. In: **Museum Next**. Disponível em: <https://www.museumnext.com/article/museums-and-sustainable-development-goals/>, 15 de fevereiro de 2022. Acesso em; 9 de março de 2022.

Código de Ética do ICOM para Museus. 2001 (1. edição: 1986). Disponível em: [*\(Microsoft Word - ICOM 2007 vers\343o final.doc\) \(icom-portugal.org\)](*(Microsoft Word - ICOM 2007 vers\343o final.doc) (icom-portugal.org)). Acesso em: 15 de março de 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Turismo cultural sustentável**. Disponível em: <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/cultural-heritage/cultural-heritage-eu-policies/turismo-cultural-sustentavel>. Acesso em 8 de março de 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Lisboa: Edições da Assembleia da República. Sétima Revisão Constitucional – 2005, 2015.

CONVENÇÃO-QUADRO DO CONSELHO DA EUROPA RELATIVA AO VALOR DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA A SOCIEDADE. Conselho da Europa, Faro (Portugal), 27 de outubro de 2005.

#CULTURE2030GOAL CAMPAIGN OUR STRATEGY FOR 2020-30. 25 de março de 2021. Disponível em: http://culture2030goal.net/wp-content/uploads/2021/04/Culture2030goal_strategy-EN.pdf. Acesso em 1 de março de 2022.

DICKINSON, Joana. **What is Slow Tourism? The next big hospitality trend.** Disponível em: <https://hospitalityinsights.ehl.edu/what-slow-tourism>. Acesso em 12 de março de 2022.

FORTE, Atílio. **Turismo em destaque.** Temporada 1, episódio 69. Disponível em: [Turismo em Destaque T1 Ep69 - YouTube](#).

GIL, Isabel Capeloa. Por um novo Humanismo. **Dia Nacional da Universidade Católica Portuguesa. Sessão Académica.** Lisboa: UCP, 11 de fevereiro de 2022.

HENRIQUES, Mendo Castro. **Apologia de um Novo Humanismo. Para Livro de Homenagem ao Prof. Manuel José do Carmo Ferreira.** Conferência proferida a 20 de Novembro de 2007, por ocasião do Encontro 30 Anos de Filosofia na Universidade Católica em Lisboa.

ICOM. **Culture and Local Development: Maximising the Impact A GUIDE FOR LOCAL GOVERNMENTS, COMMUNITIES AND MUSEUMS,** 2019. Disponível em: [OECD-ICOM-GUIDE-MUSEUMS.pdf](#).

ICOM. **Statement concerning the Russian invasion into Ukraine.** 24 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/statement-russia-invasion-into-ukraine/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2022.

ICOM PRAGUE 2022. Disponível em: <https://prague2022.icom.museum/>. Acesso em 10 de março de 2022.

JUNG, Eunkeyeong. **Slow Tourism: A Means-End Approach to the Motivations of Slow Travelers.** Knoxville: University of Tennessee, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

KRISTEVA, Julia. Um novo humanismo em dez princípios. **Adital.** S/l: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2011. 6p; p.1-6. Disponível em: < [Um novo humanismo em dez princípios. Artigo de Julia Kristeva - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)>. Acesso em 25 de janeiro 2022.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. Património cultural e futuro. In: **Jornal Público**, 17 de agosto de 2017.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. **Património cultural. Realidade viva.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.

MED PEARLS. **Research study on Slow Tourism international trends and innovations.** ENI-CBCMED, European Union, Regione Autònoma de Sàrdigna (Org.), s/l, s/d.

MONTEIRO, Luís Manuel Cardoso. **O Humanismo na Europa do Século XXI**. Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos sobre a Europa. Orientação: Doutora Ana Paula Machado, 2017.

Museums and Social Responsibility -What's next?. Associação Eslovena de Museus (Org.), setembro de 2021. Disponível em [Conference: Museums & Social Responsibility - What's Next? - CHARTER \(charter-alliance.eu\)](https://www.conference-museums-social-responsibility.eu/).

OH, Haemoon, ASSAF, A. George, BALOGLU, Seyhmus. Motivations and Goals of Slow Tourism. In: **Journal of Travel Research**. Janeiro de 2014.

PÚBLICO. UNESCO “gravemente preocupada” com o destino do património cultural. In **PÚBLICO ONLINE**. 5 de março de 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/03/05/culturaipilon/noticia/unesco-gravemente-preocupada-destino-patrimonio-cultural-ucraniano-1997639>. Acesso em 6 de março de 2022.

RAPOSO, Luís. **Arqueologia, património e museus. Meio século de intervenção cívica e cultural**. Lisboa: Edições Colibri, 2021.

ROQUE, Maria Isabel. Lamento por um museu destruído. In: **A.Muse.Arte. Um espaço de reflexão em torno da arte e dos museus**. 28 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://amusearte.hypotheses.org/7773>. Acesso em 1 de março de 2022.

SANTO PADRE FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**, 18 de junho de 2015.

SIRMANS, Franklin. **What is the future of museums? 7 predictions from Max Hollein, Koyo Kouoh, Anne Pasternak, and other top curators and directors**. Disponível em: [What Is the Future of Museums? 7 Predictions From Max Hollein, Koyo Kouoh, Anne Pasternak, and Other Top Curators and Directors \(artnet.com\)](https://www.artnet.com/story/what-is-the-future-of-museums-7-predictions-from-max-hollein-koyo-kouoh-anne-pasternak-and-other-top-curators-and-directors), 1 de janeiro de 2021. Acesso em: 9 de março de 2022.

TOFFLER, Alvin. **The Third Wave**. New York: Bantman Doubleday Dell Publishing Group, 1981.

TURISMO DE PORTUGAL. **Estratégia Turismo 2027**, 2017.

Ukrainians in race to save cultural heritage. In: **THE GUARDIAN**. 9 de março de 2022. Disponível em: <https://cutt.ly/HAVPG1X>. Acesso em: 12 de março de 2022.

UNESCO. **Convenção da Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado**. Haia, Países Baixos, 14 de maio de 1954.

UNESCO. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em [Os 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Temas - Comissão Nacional da UNESCO \(mne.gov.pt\)](#), 2015.

UNESCO. **Ukraine**: UNESCO statement following the adoption of the UN General Assembly resolution. 3 de março de 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/ukraine-unesco-statement-following-adoption-un-general-assembly-resolution>. Acesso em 4 de março de 2022.

UNITED NATIONS. **MAKE THE SDG A REALITY**. Disponível em: https://sdgs.un.org/#goal_section, s/d. Acesso em 7 de março de 2022.

UNITED NATIONS, UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Global Code of Ethics for Tourism**. 2001.

UNWTO. **International Tourism Highlights**. 2019 Edition.

UNWTO. **“Work Together and Make Tourism Pillar of Peace”, Unwto Addresses Eu Ministers**. Disponível em: <https://www.unwto.org/news/work-together-and-make-tourism-pillar-of-peace>. Acesso em: 18 de março de 2022.

VALDALISO, Covadonga. **Museus de Lisboa**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

VANNI, Maurizio. **La nuova Museologia. Il museo non è mai stato così vicino alle persone**, 9 de dezembro de 2020. Disponível em: [\(1\) La nuova Museologia. Il museo non è mai stato così vicino alle persone. | LinkedIn](#). Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

VANNI, Maurizio. **Il turismo umanistico tra cultura e sostenibilità. L'esperienza museo diventa destinazione**, 28 de abril de 2021. Disponível em: [Il turismo umanistico tra cultura e sostenibilità. L'esperienza museo diventa destinazione \(finestresullarte.info\)](#). Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

ZAMAGNI, Stefano. O século XXI precisa de um novo Humanismo. In: **Ver. Valores, Ética e Responsabilidade**. OLIVEIRA, Helena (entrevistadora). 11 de outubro de 2018. Disponível em: [“O século XXI precisa de um novo Humanismo” - VER](#). Acesso: em 13 de janeiro de 2022.

Cultural heritage and tourism: reflections on peace, respect, tolerance and inclusion

Abstract

Based on the belief that tourism and museums should be acknowledged as privileged ways to access different types of heritage, this article aims at reflecting on how these two contexts can promote good practices of conviviality among different groups as well as respect for human

rights. Can the heritage fruition that is provided to tourists and museum visitors help with the implementation of a new humanism that will recentre human beings as the main focus of every action developed daily at a global level? Besides this, will cultural heritage fruition and acknowledgment in hostile environments, such as in pandemic and war scenarios, gain new meanings and symbolisms? To discuss these questions, one should understand the diversity of meanings attached to 'cultural heritage' and look at them considering contemporary specificities. This article comprehensively focused on the Global Code of Ethics for Tourism as well as on the motivations that determined the International Days of Museums 2022 and the 2022 ICOM General Conference, "The Power of Museums". On the one hand, these references suggest cares and concerns related to heritage fruition within tourist contexts, on the other hand, they mirror a real institutional concern with the way museums can contribute to dealing with 21st-century challenges and needs, namely as far as the building of free, democratic and knowledge societies is concerned and in which humanist values leading to cohesion and peace are the most important assets.

Keywords: Tourism; Museums; Cultural heritage; Humanism; Peace.

Artigo recebido em 05/07/2022. Aceito para publicação em 04/12/2022.